



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



QUITO, EQUADOR, 1º DE OUTUBRO DE 2001

Vou pedir-lhes licença para improvisar, porque hoje já fiz vários discursos. A média de discursos de um Presidente em visita oficial é de cinco por dia. Além disso, quando eu era professor, nunca me agradou ter anotações para dar aulas, e menos ainda lê-las. Talvez a causa de que se produzisse em meu espírito uma certa aversão à leitura de notas ou anotações se encontre em minha experiência quando entrei para a faculdade, em São Paulo.

Em 1932, tinha ocorrido, em São Paulo, a chamada “Revolução Constitucionalista”, e São Paulo perdeu. A faculdade que eu freqüentei foi o fruto de uma decisão política do grupo oligárquico de São Paulo – ou, antes, plutocrático – que perdeu essa luta pela reconstitucionalização do país contra o Governo central, que naquele momento se encontrava sob o mando de Getúlio Vargas. A elite política paulista tomou a decisão de criar uma Universidade, com a intenção de ganhar terreno no que Gramsci chamaria de hegemonia, isto é, o esforço de fazer com que as mentes e os corações respaldassem um modo de conceber o Brasil e dessem seu apoio a um retorno dos

paulistas ao poder. Esclareço que nasci no Rio. Em consequência, não defendo qualquer regionalismo. Então, constituiu-se uma Universidade e a casa matriz, a casa magna da Universidade foi a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ali, os cientistas e humanistas estavam junto aos filósofos.

Eu entrei jovem para a Universidade. Tinha 17 anos e a primeira aula que assisti foi a de um professor francês que não tinha nenhuma dificuldade em ensinar-nos Kant, mas que dava seus cursos em francês, e lia suas aulas. A bibliografia era em alemão, e naturalmente nós não entendíamos nada. Esse professor converteu-se em um grande especialista, escreveu um livro muito famoso, mas meus primeiros momentos foram, não diria de desencanto, mas de preocupação. Meu Deus, o que eu vim fazer aqui! Ao final, me dei conta de que não era tão difícil manter uma certa disciplina, mas guardei essa impressão desagradável de um professor que chega e lê sua aula.

Naquela época, esse estilo era comum na Europa. Mais tarde, quando fui professor em Cambridge, mantinha-se esse estilo, mas não na França. De forma que eu sempre tive uma relação difícil com os papéis. Não gosto de ler discursos. Por isso, permitam-me fazer apenas alguns comentários improvisados.

Tenho uma preocupação com os doutorados *honoris causa*. Conversei com as pessoas que organizaram este encontro e disse-lhes: “vejam, eu não quero dar uma aula magna, já não tenho condições de dar uma aula magna a ninguém, eu tenho apenas condições para voltar a aprender”.

Uma das vezes em que voltei a Cambridge, já como Presidente do Brasil, outorgaram-me também um doutorado *honoris causa*. O professor que me apresentou falou em latim. Imediatamente, lembrei-me dos meus primeiros anos na Universidade, quando eu não entendia o professor. Parece que foi uma conferência muito boa, em latim. Tive vontade de responder em grego, mas eu não sei grego.

Por todas essas experiências, não quero fazer nada muito formal aqui na Flacso. Por que não? Porque, como já foi dito, com muita generosidade, pelos que me antecederam no uso da palavra e me

saudaram, tenho uma relação muito direta, muito vital, com a Flacso. Há alguns anos, saí do Brasil por causa de um regime militar. Saí por um mês, e fiquei vários anos fora. Fui ao Chile. Naquele momento, estava tentando escrever uma tese. No Brasil, temos um sistema muito germânico de estudo. Há o mestrado, o doutorado, a livre-docência, depois a cátedra. Eu estava na fase anterior à cátedra, com a intenção de terminar minha tese e voltar ao Brasil. Não pude, e fiquei muitos anos fora.

Quando cheguei ao Chile, passei a trabalhar na Cepal. Ali, tomei a decisão de trabalhar na área acadêmica. Dei aulas na Flacso, na Escola de Sociologia do Chile e na Escola de Economia, onde lecionei *ad honorem*, porque não queria nenhuma nomeação, nem receber nenhum salário. Era suficiente o que eu recebia da Cepal. Queria apenas manter uma vida cultural mais ativa. A Flacso funcionava naquilo que, no Chile, era conhecido como o “Pedagógico”, a Escola de Educação, onde funcionava também a de Sociologia. A Flacso tinha instalações muito primitivas, muito modestas. Naquele momento, nos anos 60, vários professores davam aulas ali, entre eles Peter Heinz, um professor suíço de sociologia, e Johan Galtung, um norueguês.

Era um momento no qual havia um debate extraordinário – para nós, que nos estávamos treinando em sociologia – entre a teoria funcionalista e a teoria marxista, o que era tema de discussão cotidiana nos cursos da Flacso. Toda a base quantitativa que Galtung ensinava era percebida como algo alheio à boa tradição. Eu já havia estado na França, e tive a sorte de ter estudado, antes, com um professor francês, Roger Bastide, de quem fui aluno e depois assistente de cátedra, como fui também para o brasileiro Florestan Fernandes. Na verdade, foram esses dois professores que me permitiram entender um pouco melhor as coisas da sociologia. Na França, freqüentei também alguns cursos importantes. Ali, Raymond Aron era o grande professor. Tive, com ele, um curso sobre Marx, que depois se transformou em um livro célebre. Por isso, eu não tinha tantos preconceitos anti-funcionalistas como o restante de meus companheiros de geração. No entanto, persistiam as dúvidas quanto à questão do cientificismo

na sociologia. Isso foi o que nos motivou, nos anos 60, a desenvolver uma série de reflexões.

Quando eu trabalhava na Cepal, nesses mesmos anos, a teoria de Prebisch já estava consolidada. Trabalhei com ele. Em seu grande modelo, as idéias fundamentais eram as de centro e periferia. O ensaio que, com generosidade, foi aqui citado (“Dependência e desenvolvimento na América Latina”) foi escrito por mim em Cambridge. E o escrevi para fazer uma digressão com relação ao pensamento da Cepal. Enviei uma cópia do ensaio a Albert Hirschman, uma pessoa por quem tenho grande admiração, um grande amigo meu, e ele não gostou, foi muito crítico. O que se publicou foi, em boa medida, o resultado das críticas de Albert Hirschman. Portanto, não é mérito meu.

Por que estou lhes contando tudo isso? Porque se eu pude fazer algo, foi por ter tido bons professores, uma boa convivência intelectual e uma certa formação. Creio que isto é fundamental. O essencial para alguém que está trabalhando em ciências humanas é saber quais são as perguntas adequadas, colocar as questões de modo tal que exista a possibilidade de um debate acadêmico, de um discurso, e que esse discurso seja não apenas coerente, mas também aberto a algum tipo de validação diante do processo histórico, diante dos fatos, diante de alguma metodologia que nos permita averiguar se nossa imaginação não está muitíssimo além do que seria razoável. Foi o que eu fiz na Cepal e na Flacso: tratar de fazer algum questionamento, para ver se todo o debate que então ocorria tinha realmente sentido ou não. Sempre fui contra o rótulo “teoria da dependência”, que me produziu sempre uma reação quase alérgica. Quando, muitas vezes, escutei pelo mundo afora que eu era um dos fundadores da teoria da dependência, sempre fiquei muito inquieto, porque a verdade é que não foi assim, antes o contrário.

Enzo Faletto, um sociólogo chileno que trabalhava na Cepal, e eu discutíamos com nosso companheiros da Cepal – Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, o próprio Prebisch, Francisco Weffort, que hoje é meu ministro e que, naquela época, era meu assistente – as possibilidades de desenvolvimento da região. As teses que então se discutiram eram

impressionantes, sobretudo a idéia de que nada vai mudar enquanto não houver uma grande transformação que acabe com a dependência, uma vez que a dependência não permitia que nada mudasse. Nós dissemos exatamente o contrário: que, apesar de uma estrutura que configurava uma relação de dependência, era preciso levar em conta que, em primeiro lugar, essa estrutura não era sempre a mesma, mudava historicamente, dependia da formação social, dependia de como se havia constituído, historicamente, a relação centro-periferia (que é muito variável). Em segundo lugar, que sempre há uma certa mobilidade, uma dialética. Mas foi inútil. Ganhou a idéia de outro personagem, com quem eu me relacionei muito: André Gunder Frank. Eu, inclusive, difundi a visão de que ele era um Frankenstein, que criava Frankensteins. A dele foi a visão dominante nos anos 60 e 70. Mais tarde, uma senhora que foi minha aluna na França – ainda que eu não tenha nenhuma responsabilidade por suas decisões –, Martha Harnecker, apresentou tudo isso de uma forma muito simples, muito direta, e completamente equivocada.

A teoria da dependência que se impôs no debate foi essa, não a minha. Eu perdi a discussão, o debate. Por que lhes digo isso? Porque, na verdade, apesar de que eu hoje seja Presidente, intimamente sempre fui uma pessoa inconformada. Nas aparências, no protocolo, eu sempre fui muito educado, mas a gente se engana. Toma os bons modos como se o conteúdo fosse de aceitação das regras vigentes. Eu sempre estive buscando a mudança. Em toda minha vida, minha paixão foram os fenômenos de mudança, não os estáveis. Nunca aceitei postulados como o daquela teoria da dependência que dizia: “nada vai mudar, porque tudo está aí sob uma regra formidável; há um mecanismo, etc.”. Ainda assim, me situaram nessa corrente.

Nos Estados Unidos, em algumas reuniões da Lasa (Latin American Studies Association), apresentei uma conferência intitulada: “O consumo da teoria da dependência”, que virou moda nos EUA. Me citavam como parte da moda, quando ela era exatamente do contrário do que eu pensava. Então, os americanos adotaram o mecanicismo e o nosso quase fetichismo, e o puseram no computador. Foi um

desastre. Tentavam provar que sim, que não, e matavam o movimento, matavam o novo, matavam o que me interessava. Para mim, a pergunta que se colocava era: “como mudar as coisas?”, “como entram os valores em tudo isso?”. Não é um processo mecânico, mas uma obra humana. Há uma projeção. Uns querem uma coisa. Outros, outra. Há uma dialética, uma luta, uma transformação. Esta sempre foi minha preocupação, mas eu perdi a parada. Sempre fui lido ao revés, como se fosse partidário do mecanicismo.

Agora é pior: criticam-me dizendo que eu mudei de idéia. Não mudei em nada. Eu era contra algumas idéias antes, e não agora. Algumas idéias, não todas. Quando as pessoas estão envolvidas na luta política, em geral não têm tempo para ler o outro. Lêem por cima, e dizem: “Sim, claro, o Sr. mudou de idéia”. Inventaram que eu havia solenemente afirmado: “esqueçam tudo o que eu escrevi”. Eu pergunto: a quem disse isso? Onde o disse? Não, não quero que esqueçam nada. Mas a verdade é que acredito – e essa afirmação talvez pareça um tanto arrogante – eu não reli tudo o que escrevi nos últimos quarenta anos, não tenho tempo para isso, nem paciência –, mas acredito que uma boa parte do que eu escrevi ainda tem validade. Não no sentido de que seja imutável, porque tudo mudou. Acredito que o grande desafio que temos, o que têm os que ainda podem dedicar-se aos estudos de ciências sociais, é reconhecer que tudo mudou.

Um pequeno exemplo. Quando escrevíamos o “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, para dar ênfase ao desenvolvimento, não à dependência, ainda não existia a palavra “multinacional”. Simplesmente, não existia. Naquele momento, se denominavam “cartéis”, ou “trusts”, e isso para mim parece ter sido ontem. Nossa esforço foi precisamente ver como o desenvolvimento do sistema capitalista havia mudado tanto que permitia a industrialização dos países da periferia. Sou brasileiro, e no Brasil isso era evidente. Havia ocorrido uma grande transformação. O Brasil havia dado um salto enorme naqueles anos. E as mudanças haviam sido muito mais profundas do que podíamos dar-nos conta àquela altura.

A própria expressão que eu empreguei no livro, a da “internacionalização dos mercados internos” era equivocada. Não é isso. Foi a produção que se internacionalizou, não os mercados. A transformação foi muito mais profunda, e continuam a ser mais profundas as transformações pelas quais passamos hoje. Naquele momento, o que desejávamos assinalar era que as relações sociais, de classe, os conflitos, variavam e mudavam muito segundo as situações históricas, inclusive na mesma região, porque os vínculos entre as partes de uma região e o centro não eram iguais. Países como o Brasil ou a Argentina disputavam de uma burguesia nacional. Outros países, não. Eram economias de enclave. Dessa forma, a intenção foi ver quais eram as mudanças e as transformações que estavam ocorrendo naquele momento.

Lutávamos contra a teoria dominante da esquerda da época, que era a proposta de uma aliança entre a burguesia nacional e os trabalhadores, contra o latifúndio e o imperialismo. No início dos anos 60, fiz uma pesquisa entre os empresários brasileiros e constatei que eles, os empresários nacionais, eram contra essa visão, sem exceções. Queriam uma associação com o grande capital internacional. Não queriam uma revolução nacional burguesa, à moda européia. Estavam “em outra” e consideravam que o latifúndio não era relevante, pois já estava alquebrado. O pensamento social e político ainda estava atrasado diante disso.

Nos anos 70, quando o autoritarismo chegou à nossa região, inventou-se outra teoria mecânica: a da inevitabilidade do autoritarismo. Segundo essa teoria, o governo autoritário correspondia a uma fase do desenvolvimento do capitalismo dependente. Isso foi outra dor de cabeça para mim. Eu não acreditava nisso, mas todos os meus amigos – uns mais, outros menos – levavam a sério essa teoria. Mais uma vez, eu estava em oposição ao pensamento dominante. Insisti em que não era assim, que não era inevitável, que não havia esse vínculo de necessidade entre autoritarismo e desenvolvimento capitalista, que havia uma certa autonomia do político, etc. Mais uma vez, me vali muito de Hirschman, de seu “Advice for Hope”. Escrevi, nos EUA, uma conferência que intitulei “Advice for Democracy”, na

qual havia uma aposta pela democracia apesar de tudo. Os mecanicistas de hoje dirão outra coisa. Dirão que a democracia é um subproduto da globalização, o que é outro equívoco.

Pois bem, aonde nos leva isso? Nesta escola, que nasceu em meio aos debates a que me referi aqui, seria necessário colocar-se a seguinte questão: "como mudaram as coisas e quais são os paradigmas que têm vigência hoje?" Vocês se lembrarão de que houve uma época em que estiveram na moda as teorias de Kuhn sobre os paradigmas científicos. Acredito que essa teoria ainda tem valor. Em certos momentos, as ciências formam paradigmas e é muito difícil mudá-los. Os grandes criadores são aqueles que se mostram capazes de romper com um paradigma e propor outro. Acredito que estamos em um bom momento para isso: é preciso romper com os paradigmas que nós mesmos construímos, para propor outra visão. Por quê? Porque as mudanças foram muito mais amplas do que se podia imaginar. Antes da queda do Muro de Berlim, todo mundo acreditava, por exemplo, no enfoque dual do poder e em que seria possível uma superação do capitalismo pelo caminho mais ou menos clássico. Havia, ademais, uma forma histórica concreta – a URSS – que servia para apoiar essa visão. Ora, tudo isso desapareceu, junto com muitas outras coisas.

Ainda que as ciências sociais, inclusive a economia, se hajam voltado para a compreensão das transformações internacionais, e ainda que a própria globalização nos conduza a essa visão, creio que ainda não avaliamos as consequências do que ocorreu, porque mudaram muitas coisas e mudaram em muitos sentidos. Mudaram, por exemplo, as relações sociais. Hoje em dia, há uma imensa fragmentação das estruturas tradicionais de classe, uma imensa fragmentação. Mudaram os sistemas políticos. Mudaram os sistemas políticos. Qual é, hoje em dia, a capacidade dos partidos políticos para organizar efetivamente os interesses e representá-los, quando as ONGs têm uma vigência talvez maior que a dos partidos? Ou quando os congressos se organizam, amiúde, não em função dos partidos, mas de grupos orientados para questões específicas (em inglês, *issue-oriented*)? Ou ainda quando pessoas de partidos muito distintos se unem em fun-

ção de interesses? Minha própria experiência como Presidente me revela tudo isso quando interajo com os parlamentares. Por vezes, olho o que se chama de esquerda, o que se chama de direita – embora eu diga que no Brasil não há uma direita, só pessoas atrasadas, não há um pensamento conservador digno desse nome –, e os vejo defendendo um mesmo interesse. Nesse momento, o partido não conta para nada, e no Congresso há um intercâmbio de apoios em termos de questões muito pontuais. Fica então a pergunta: quem se ocupa do interesse geral? O partido deve propor uma visão da sociedade e fazer o filtro do interesse geral. Como isso está desaparecendo, o que há são organizações não-governamentais que, às vezes, se refletem no próprio Congresso. E o Congresso se converte em uma multidão de pequenos e grandes interesses que se organizam, enquanto os partidos ficam à margem.

São reflexos das mudanças da estrutura social, que já não permite mais a existência de formas políticas aglutinadoras que organizem as nações em função de uma visão do mundo e dos valores, na forma clássica dos partidos. É uma mudança enorme. Ora, quais serão as consequências disso para o interesse geral, para a manutenção da democracia não somente como sistema de representação, mas também como sistema de vida, de valores, uma visão de mundo, uma visão da sociedade? É a questão do bom governo.

Além disso, deu-se também a interpenetração entre o sistema financeiro internacional e as técnicas modernas de comunicação. As bolsas sobem e baixam, noite e dia, em todas as partes do mundo, e todos assistem a televisão para tentar saber o que ocorreu, ou deixou de ocorrer, a cada instante. E se podem fazer operações financeiras ininterruptamente, noite e dia. Que importância têm hoje, para esse tipo de ação, os Estados? Vivemos, então, o momento do pós-imperialismo. Qual foi o momento imperialista? No imperialismo, os setores econômicos precisavam do Estado para impor um conjunto de regras. Hoje em dia, os setores econômicos não querem saber do Estado. Ao contrário, querem impor suas regras em o Estado. Então, o momento é “pós-imperialista”, e já não se requer o Estado para fins econômicos.

No entanto, vivemos também processo que requerem o Estado, mas por razões inteiramente distintas, que não têm nada a ver com a lógica do mercado. Existe uma lógica do mercado, mas ela se impõe ou tenta impor-se sem a intermediação dos Estados, e em certo sentido, em certas situações, os Estados tornam-se o único palco, a única arena na qual talvez seja possível afirmar o interesse geral. É por isso que os partidos já perderam sua força, e isso ainda não foi pensado. Continuamos a pensar o Estado como no século XIX e, em parte, como no século XX. Continuamos a pensar os partidos como há um século.

Descobriu-se que as vinculações se dão de forma muito mais rápida, que se fazem e se desfazem em redes. O grande sociólogo desse tema, Manuel Castells, que também trabalhou na Flacso, é a pessoa que melhor compreendeu a dinâmica desse novo mundo produzido por essas formas de intercomunicação, essas redes. Agora mesmo, assistimos a uma espécie de luta entre o Estado e uma rede, ou várias redes. Não se consegue, sequer, definir qual é o outro Estado. O Estado inimigo dissolveu-se em redes. É uma forma nova de conflito. Enfim, acredito que há muitas coisas novas. Coisas novas e inquietantes o suficiente para que se tente propor algum paradigma de compreensão. Não gosto dos grandes paradigmas. Mas, de toda forma, é preciso algum paradigma que, sem ser totalizante, tenha a capacidade e a sensibilidade conceituais para o que realmente está ocorrendo. Se não for assim, haverá um enorme desnível entre o que está ocorrendo e a forma como se está pensando, entre o que acontece e o desenho das pesquisas que se estão fazendo, entre as novas mudanças e as interpretações, porque ainda se está vendo o futuro com os olhos e as imagens do passado.

Acredito que esta seja a grande tarefa da Flacso. A Flacso tem uma grande responsabilidade, porque, em primeiro lugar, tem e teve um papel muito importante no início das ciências sociais na América Latina. De certa forma, o intercâmbio entre a Flacso – mais tarde Clacso – e a Cepal torna possível pensar em uma discussão profícua. Em segundo lugar, a Flacso se constituiu como uma rede, e tem nisso a possibilidade e a responsabilidade de propor algo novo. E, em terceiro lugar,

porque a Flacso se tornou uma escola de Presidentes. Já somos pelo menos dois – Ricardo Lagos e eu – que saímos da Flacso, o que significa que é uma escola perigosíssima.

Para além do chiste, isso demonstra a sensibilidade criada pela Flacso que, de alguma forma, manteve um espírito aberto entre a vida acadêmica e as transformações sociais. Pelas circunstâncias, foram os regimes autoritários que praticamente nos levaram – a Lagos e a mim – a nos tornarmos Presidentes da República. Espero que nenhum outro Estado autoritário leve outro sociólogo à Presidência. Mas há outras boas razões pelas quais, mesmo sem o autoritarismo, a Flacso pode dar uma contribuição importante à nossa região: reafirmando-se como instituição na qual se reflete sobre as transformações a que me referi. Uma reflexão profunda, que implique uma visão capaz de revolucionar o modo pelo qual se situam os estudos específicos no mundo atual: este é o grande desafio. Oxalá que quando eu termine meu mandato no Brasil eu possa voltar à Flacso como estudante, e quem sabe se algum de vocês, ou muitos de vocês poderão então ensinar-me qual é a nova visão. Não terei tempo para assimilá-la, mas terei ao menos a grande satisfação de saber que essa nova visão nasceu aqui, onde eu recebi um doutorado *honoris causa*, uma escola que me ensinou no passado e que ainda me ensinará mais no futuro.

Muito obrigado.